

Basta à impunidade

» ELIANA CALMON

Ministra do Superior Tribunal de Justiça desde 1999, é diretora-geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – Ministro Sálvio de Figueiredo (Enfam)

Há 21 anos, em junho de 1992, integrava-se ao ordenamento jurídico nacional um instrumento fundamental para o combate à corrupção e à malversação do dinheiro público: a Lei de Improbidade Administrativa (nº 8.429/92). Em pouco tempo, tornou-se o mais eficaz diploma legal na luta contra o patrimonialismo e o mau uso da coisa pública.

As dificuldades burocráticas e funcionais enfrentadas na aplicação da lei penal eternizam as ações criminais nos tribunais brasileiros. O que abre caminho para chicanas e proselitismos desmoralizadores do sistema repressivo do Estado. Essa realidade sofreu fratura fazeja com a Lei de Improbidade, animando a todos os partícipes de modelo novo e saudável.

Sua eficácia teórica, entretanto, nunca conseguiu ser atingida. Não foram poucos os que combateram ferozmente a legislação no intuito de evitar a submissão às suas sanções. Tampouco o Poder Judiciário colaborou para que a Lei da Improbidade Administrativa lograsse o objetivo de tornar-se remédio contra a corrupção, dando um basta à histórica impunidade.

Muitos tribunais simplesmente não julgavam as ações de improbidade e, quando o faziam, o destino comum era o arquivamento em função de questões processuais. As mais diversas teses jurídicas se levantaram sobre o alcance da lei: quem estava a ela submetido? Os agentes políticos ou só os chefes de repartição? E as autoridades com garantia de foro especial seriam julgadas por

quem se atingidos pela perversa legislação? Centenas de livros e artigos foram escritos, deliciaram-se os teóricos, indignaram-se os retrógrados, divergiram os julgadores de todas as instâncias diante da insistência do Ministério Público em favor da nova ordem legislativa.

Agora, aos 21 anos, a Lei da Improbidade ganha novo fôlego. O estabelecimento da Meta 18 do Poder Judiciário tem tudo para tornar a legislação eficaz de fato, o que garantirá eleições mais qualificadas já em 2014. Pois a efetividade da Lei de Improbidade está intimamente conectada ao sucesso da Lei da Ficha Limpa.

A Meta 18 impôs um objetivo ambicioso ao Judiciário: julgar até o fim deste ano todas as ações de improbidade distribuídas antes de 31 de dezembro de 2011. Para lograr êxito na missão, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) se aliou à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) para oferecer à magistratura o conhecimento necessário, levando a cabo os julgamentos dos processos — estimados em 46,4 mil pelo CNJ.

No mesmo dia em que a lei alcançou sua “maioridade plena” — 3 de junho, a Enfam inicia a segunda edição do curso a distância sobre improbidade administrativa. Elaborado por cinco magistrados especialistas em Direito Público e Processo Civil, a capacitação atraiu uma quantidade enorme de juízes na edição inaugural, o que nos obrigou a quadruplicar o número de vagas.

Nessa segunda edição, o roteiro se repetiu. Quatro dias antes de finalizar o prazo de

inscrições, as 200 novas vagas já haviam sido preenchidas. Como diretora-geral da Enfam, confesso-me surpreendida e feliz com a iniciativa de juízes de primeiro e segundo grau em buscar qualificação para melhor desenvolverem suas atividades judicantes e dar um basta à cultura da impunidade dos que violentam, por corrupção ou incompetência, a administração pública.

O curso, realizado a distância, procura fornecer as ferramentas para auxiliar os magistrados em suas reflexões. Eles aprendem sobre o cenário de construção da improbidade, a definição do ilícito e sua tipificação, os agentes passíveis de responsabilização direta e indireta, a questão do dolo e da culpa, as sanções, com sua dosimetria e proporcionalidade, e a prescrição. Também recebem conhecimentos sobre o processo judicial: validade das provas, prerrogativas de foro, defesa prévia, juízo de admissibilidade, instrução probatória, entre diversos outros temas essenciais para que os juízes elaborem com precisão jurídica suas decisões.

A sede de conhecimento demonstrada pelos juízes que procuraram a Enfam em busca de conhecimento é demonstração inequívoca de que à magistratura não interessa a convivência com a corrupção, tampouco a perpetuação da impunidade. Vejo nesses magistrados mais do que perseverança em adquirir a confiança intelectual para efetuar seus julgamentos. Eles parecem buscar o sentimento de comunhão, consubstanciado na atitude de seus pares, no combate a essa praga que há tempos compromete nosso desenvolvimento social e institucional.

05 JUN 2013

CORREIO BRAZILIENSE